

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO
reciclagem , requalificação , rearquitetura

ANAIS DO III SEMINÁRIO PROJETAR

porto alegre, 24 a 26 de outubro de 2007

A Praça XV e a rearquitetura dos Prédios do Judiciário na requalificação do espaço urbano.

Autor: Kátia Maria de Souza

Formação: Doutoranda em História da Arte – EBA- UFRJ
Mestre em História da Arte- EBA-UFRJ
Especialista em História da Arte e Arquitetura no Brasil- PUC-RJ
Arquiteta- Faculdades Integradas Silva e Souza- RJ

Endereço: Rua Miguel Lemos, 56 aptº 802- Copacabana- Rio de Janeiro-RJ
Telefone: Residencial- Tel-FAX- 21- 2236-6549
Comercial-21-3133-7284
Celular-21-8743-5719
e-mail-kksouza@superig.com.br

A Praça XV e a rearquitetura dos Prédios do Judiciário na requalificação do espaço urbano.

Resumo

O presente trabalho busca tomar como estudo os prédios sob tutela e propriedade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, como corpos atuante na requalificação do espaço urbano da Praça XV de Novembro no centro do Rio de Janeiro.

Lembrando que a Praça XV é alvo constante de estudos e propostas municipais, estaduais e federais na expectativa de dotá-la com melhores usos.

A última intervenção significativa, empreendida pela prefeitura, buscou revitalizar o espaço urbano, com a criação de uma praça em torno da Estação das Barcas Rio-Niterói, desviando o fluxo de carros e ônibus para um acesso subterrâneo. Também foram restaurados o Chafariz de Mestre Valentim e o cais por onde atracavam as embarcações no período colonial.

Atualmente a região vem passando por uma nova intervenção na qual a atuação do TJERJ tem sido fundamental. O prédio da Conab, uma composição de cunho eclético-acadêmico mais afeito ao Art-Decó, atualmente está sob tutela do TJERJ, que ali implanta o seu Centro Administrativo. Além do prédio da Conab, o prédio do antigo Tribunal de Alçada Criminal, uma construção de 1926 de composição Eclética, pertencente ao poder judiciário do Estado, também será restaurado. A recuperação e revitalização do espaço urbano em torno serão viabilizadas com a construção de uma grande praça que visa integrar toda a região. Tal intervenção garantirá não apenas uma integração dos prédios do judiciário, mas também promoverá uma requalificação do espaço urbano. Comprovando assim mais uma vez que ações que visam a princípio restaurar o patrimônio construído contribuem para a revitalização de áreas já degradadas e que estas restaurações não precisam obrigatoriamente estar relacionadas a centros culturais ou comerciais e sim a usos efetivos que garantam a vivência dos espaços.

Abstract

The present work seeks to undertake the study of buildings that are guarded and owned by the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro, as active corps in the improvement of the urban space of the Praça XV de Novembro in the center of Rio de Janeiro. Keeping in mind that the Praça XV is a constant topic of studies and proposals from local, state and federal authorities, with the expectation of putting it to better usage. The last significant intervention, undertaken by the town hall, tried to revitalize the urban space, with the creation of a square around the Fairy Station Rio-Niterói, redirecting the traffic to an underground passage. The Fountain of Mestre Valentim and the platform where vessels used to embark in the colonial period were also restored. Currently the region has been going through a new intervention in which the participation of the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro has been fundamental. The building of Conab, a composition of eclectic-academic nature more accustomed to Art-Decó, is currently guarded by the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro, where their Administrative Center is located. In addition to the building where the Administrative Center is located, the building of the old Court of Criminal Appeals, a construction from 1926 of Eclectic composition, which belongs to the judiciary power of the State, will also be restored.

The recovery and revival of the urban space around it will be made possible with the construction of a big square which targets the integration of the whole area.

Such intervention will guarantee not only the integration of judiciary buildings, but will also promote a requalification of the urban space. This proves once again that actions that aim at restoring the heritage contribute to the revival of degraded areas and that these refurbishments do not necessarily need to be related to cultural nor commercial centers, but to effective usage that guarantee the existence of the space.

Introdução

O presente trabalho busca tomar como estudo os prédios sob tutela e propriedade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, como corpos atuante na requalificação do espaço urbano da Praça XV de Novembro no centro do Rio de Janeiro.

Lembrando que a Praça XV é alvo constante de estudos e propostas municipais, estaduais e federais na expectativa de dotá-la com melhores usos. No entanto, apesar de algumas atuações, principalmente na esfera municipal, ainda não ocorreu uma requalificação total da região. Fato este que pode estar relacionado com a sua própria dimensão. A última intervenção significativa buscou revitalizar o espaço urbano, com a criação de uma praça em torno da Estação das Barcas Rio-Niterói, desviando o fluxo de carros e ônibus para um acesso subterrâneo (popularmente conhecido como mergulhão). Também foram restaurados o Chafariz de Mestre Valentim e o cais por onde atracavam as embarcações no período colonial.

Tal intervenção já contribui sobremaneira pra uma requalificação do lugar aliando-se aos centros culturais e prédios públicos já existentes no local como o Paço Imperial e a Assembléia Legislativa do Estado, apenas para citar os mais próximos e que também passaram por restaurações nos últimos anos.

Cabe ainda lembrar que toda a região esta situada na área de abrangência do Corredor Cultural, tratado como Zona Especial do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Quando da última intervenção, acima citada, datada de 1988 promovida pela prefeitura da cidade, se cogitou demolir parte do Viaduto da Perimetral que liga a Av. Brasil ao Aterro do Flamengo, eixo de ligação norte-sul, e o prédio pertencente a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Tal intenção provocou algumas ações de ordem política que terminaram viabilizando o tombamento do prédio pelo Governo Estadual da época.

Com isso o prédio da Conab, como ficou conhecido, foi efetivamente preservado, impedindo a sua demolição, o que também não ocorreu com o viaduto que permanece no local.

O prédio da Conab, uma composição de cunho eclético-acadêmico mais afeito ao *Art Decó*, atualmente está sob tutela do TJERJ, que ali implanta o seu Centro Administrativo. O prédio foi útil a esta intenção do judiciário, pois se encontra próximo ao Forum Central o

que viabiliza os serviços e atendimentos necessários. A ocupação ainda é gradual, mas já é possível verificar uma requalificação do espaço em torno do prédio.

O outro prédio pertencente ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a ser restaurado, é o prédio do antigo Tribunal de Alçada Criminal, uma construção de 1926 de composição Eclética. Neste prédio serão implantados serviços de apoio ao judiciário sendo restaurados o interior o exterior da edificação.

O prédio do antigo Tribunal de Alçada Criminal, denominado TACRIM, que outrora se destacava ao fundo de uma esplanada e circundado por outras edificações ecléticas como o Prédio da Procuradoria Geral do Estado e o Museu Naval, foi aos poucos sendo ocultado pela construção do atual Palácio da Justiça e pelo Viaduto da Perimetral.

No âmbito da recuperação e revitalização do espaço urbano em torno dos prédios do judiciário na Praça XV, ainda se pode destacar a construção do prédio das Câmaras Cíveis, inaugurado em dezembro de 2006 e a construção de uma grande praça que visa integrar toda a região.

Tal intervenção garantirá não apenas uma integração dos prédios do judiciário, mas também promoverá uma requalificação do espaço urbano. Comprovando assim mais uma vez como ações que visam a princípio restaurar o patrimônio construído contribuem para a revitalização de áreas já degradadas e que estas restaurações não precisam obrigatoriamente estar relacionadas a centros culturais ou comerciais e sim a usos efetivos que garantam a vivência dos espaços.

Sendo assim a seguir serão expostos os projetos e as obras já concluídas analisando como cada uma está ou poderá interferir no espaço urbano, neste sentido cabe ressaltar os fundamentos teóricos que ajudam a compreender os fenômenos que acontecem na cidade atual em que a questão do patrimônio ganha cada vez mais espaço tanto no campo profissional quanto entre a população. Neste sentido foram de fundamental importância os textos de Françoise Choay e Giulio Carlo Argan, porém mais do que o embasamento teórico é interessante verificar que estes apenas pontuam uma intervenção que se dá pela atuação do próprio homem no espaço.

A título de compreender o próprio espaço em questão, a Praça XV, será apresentado um pequeno histórico ressaltando neste a implantação dos prédios em questão e como estes na verdade obedecem a uma configuração não muito distante, em termos de implantação, da cidade colonial e imperial.

Histórico

Após a fundação da cidade do Rio de Janeiro e sua primeira locação na Urca, o núcleo central da cidade foi transferido para o Morro do Castelo, e ainda durante o século XVI ela começou se espriar pela várzea entre o Castelo e o Morro de São Bento, conduzida pela Rua Direita, atual Rua 1º de Março.

Em 1619 os frades Carmelitas iniciaram a construção do seu convento ao lado da antiga ermida de Nossa Senhora do Ó, desocupada pelos beneditinos, em frente a esta se abria um amplo espaço que passou a se chamar terreiro do Ó, terreiro da Polé e terreiro do Largo do Carmo.

Delimitava o terreiro, a oeste a Casa da Moeda e mais a frente os Armazéns do Rei, a leste os prédios da família Teles de Menezes e ao sul a praia.

Em 1743, durante o governo de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, foi construída a Casa dos Governadores, no mesmo local ocupado pelos Armazéns do Rei e a Casa da Moeda. A Praça XV, então, ainda um terreiro já apresentava intenso movimento(II.1), que se intensificou com a instalação de um chafariz.



Ilustração 1- Revista Militar no Largo do Paço- Óleo sobre de Tela de Leandro Joaquim. Imagem retirada de: FERREZ, Gilberto. A Praça 15 de Novembro antigo Largo do Carmo. Rio de Janeiro : Riotur, 1978.

Durante o governo do Vice-Rei Luís de Vasconcelos, grandes obras foram efetuadas e em 1779 o largo foi completamente remodelado. Segundo o projeto de Jacques Funck, um cais de pedra lavrada foi construído e junto a este o chafariz de Mestre Valentin. Esta configuração da Praça permaneceu por um longo tempo até a chegada da Família Real em 1808, com o passar dos anos o cais acabou sendo aterrado e em 1835 com a inauguração das barcas a vapor para Niterói o chafariz ficou distante do mar, não mais atendendo os marinheiros e embarcações(II.2).



Ilustração 2 – Mapa c. 1890. Retirado : GORBERG, Samuel. Mercados do Rio de Janeiro: 1834-1962. Rio de Janeiro : S. Gorberg, 2003.

A Praça sofre algumas outras reformas durante do século XIX, até para regular um pouco o grande fluxo de pessoas e o comércio de gêneros alimentícios, já que o mercado municipal, também ali foi instalado. O Mercado permaneceu no local até 1911, quando foi demolido, dois anos depois da abertura ao público no novo mercado municipal em 15 de fevereiro de 1908. Este novo mercado foi erguido na então praia de Dom Manuel e também foi demolido por volta da década da 60 do século XX.

O vazio deixado pela demolição do mercado ainda se faz presente e se insere na área de abrangência da Praça XV, próximo aos prédios do judiciário estadual.

Os Prédios do TJERJ

É neste cenário histórico que o judiciário passou a atuar, inicialmente implantando o primeiro prédio especialmente projetado para abrigar o Fórum da então capital federal. Inicialmente projetado para abrigar a Corte de Apelação do Distrito Federal, foi também sede do Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro (em 1975, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara), mais tarde denominado Tribunal de Alçada e, finalmente, em 1985, Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro (TACRIM)(II.3).



Ilustração 3 - TACRIM

A construção foi iniciada em 1922, com recursos alceados pelo então Presidente Epitácio Pessoa (através do Decreto 14.453, de 3 de novembro de 1920) e sob a responsabilidade do Engenheiro Leopoldo de Melo Cunha Filho. A autoria do projeto é algo ainda controverso, há uma corrente que aponta como autor o arquiteto Archimedes Memória e uma outra que atribui o projeto a Nerêo Sampaio, de fato houve um concurso de fachadas, e que segundo a revista *Architectura no Brasil*¹ de outubro de 1921, apresenta a fachada vencedora de autoria de Archimedes Memória, sendo está muito semelhante ao prédio existente. No entanto tal questão ainda está em fase de pesquisa, mas posso adiantar que novos documentos ratificam a informação publicada na revista *Architectura no Brasil*.

A inauguração do prédio se deu em 7 de novembro de 1926, com a presença do Presidente Arthur Bernardes.

¹ Edifício do Fórum do Distrito Federal, in *Architectura no Brasil*, Rio de Janeiro, out/1921, nº 1, p.31-32

Entre 1937 e 1939, sob a presidência do Desembargador Vicente Piragibe, o prédio passou por reformas substanciais, nas quais lhe foi acrescentada a maior parte dos elementos decorativos internos, bem como as estátuas de mármore representando a Lei e a Justiça (no hall de entrada, obra do escultor francês Max Ferre) e os vitrais (de autoria de Gastão Formenti).

Desde então apenas foram realizadas obras de adaptação a crescente necessidade de espaços dos serviços do judiciário, que terminaram por fim mais prejudicar do que propriamente estabelecer um procedimento de manutenção.

Na década de 70 do século XX foi construído o atual prédio do Forum, em frente ao antigo, 20 anos depois foi construída a chamada Lâmina II, ficando então denominada de Lâmina I o primeiro prédio, todo o conjunto constitui atualmente um complexo judiciário denominado Palácio da Justiça. Com isso o prédio do Tacrim, passou cada vez mais a abrigar serviços anexos ao forum, com exceção do Tribunal do Juri, que por sua suntuosidade permaneceu sendo usado para os grandes julgamentos.

Atualmente, após a construção de mais um prédio para abrigar novos serviços do poder judiciário estadual, o prédio do Tacrim, passou a ser alvo de uma nova intenção de restauro. Esta restauração buscará não apenas resgatar e valorizar o prédio, mas principalmente integrar todo o conjunto de prédios do judiciário. Tal integração por fim provocará uma nova relação com os demais prédios em torno, que se complementará com a construção da praça nos fundos da Lâmina III e do Tacrim(II.4).

Após a restauração do prédio do Tacrim, em que serão implantados serviços ligados aos cursos promovidos pelo judiciário para os seus funcionários, e que se estenderá público em geral, o prédio ganhará uma função mais ligada à educação e cultura. Neste sentido há uma expectativa em torno do fluxo de pessoas que provavelmente será bem maior que o atual. Tal circulação de pedestres promoverá uma nova relação com o entorno que de certa forma já acontece, pois devido a sua proximidade da estação das barcas, já apresenta um certo movimento, uma vez que este é um dos eixos de acesso à estação das barcas Rio-Niterói. Entre os planos de restauro está previsto a iluminação externa da edificação buscando valorizar a sua arquitetura, tal intervenção também contribuirá para uma requalificação deste espaço urbano.



Ilustração 4 – Localização dos prédios, com inserção do projeto da praça nos fundos do Tacrim e do prédio das Câmaras Cíveis– Foto Google

No outro extremo da praça está o antigo prédio da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento)(Il.5) em que já está implantado o Centro Administrativo do TJERJ.



Ilustração 5 – Foto Atual – Antigo prédio da Conab, atual Centro Adm. TJERJ

O prédio foi construído com o objetivo de funcionar como um entreposto de pesca, ligado ao Conselho Nacional de Pesca, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura. O projeto de 1939 é de autoria do engenheiro Humberto Nabuco dos Santos, funcionário do Ministério da Agricultura. Construído com cinco pavimentos e ocupando uma área de 3.420 m², no térreo funcionava um grande salão para vendas a varejo e o setor de refrigeração, nos pavimentos superiores funcionavam o setor administrativo. Concebido segundo as linhas que norteiam o *Art Decó*, o grande destaque do prédio é o seu pórtico que apresenta ornamentação de autoria do escultor Armando Schnoor(II.6). O prédio foi inaugurado em 03 de Outubro de 1941, com a presença do Presidente Getúlio Vargas e se enquadra ao padrão decorativo *Art Déco* em que predominam as linhas retas ou circulares estilizadas e as formas geométricas. No Brasil, o *Art Déco* entra em convergência com o nacionalismo modernista, absorvendo temas indígenas - flora, fauna e motivos geométricos. No prédio da Conab estes elementos estão presentes na escultura do pórtico e fazem menção ao uso a que o prédio se destinava.



Ilustração 6- Detalhe ornamentação do Pórtico

Outro aspecto que deve ser apontado é quanto à implantação do prédio, que obedece a mesma implantação dos pavilhões anexo ao primeiro mercado construído no período imperial como mostra a ilustração 02, em que a doca para descarga dos barcos pesqueiros já existia e foi mantida para o então prédio destinado ao entreposto de pesca. Manteve-se assim uma espacialidade que remete ao período em que a região era ocupada pelo mercado e de certa forma ainda mantendo um uso ligado ao comércio de alimentos. Durante o tempo em que o prédio foi usado pela Conab este comércio persistiu, mantendo na memória da população o mercado de peixe que durante anos se

estendeu por debaixo do viaduto da perimetral até a sua total desativação por volta da década de 80 do século XX.

Foi neste prédio em estado de abandono que a equipe do Departamento de Engenharia do TJERJ elaborou o projeto para implantação do Centro Administrativo do Poder Judiciário Estadual. Neste aspecto se deve considerar que o próprio partido do prédio contribuiu, pois a partir das plantas de levantamento é possível verificar que o prédio foi concebido como um grande pavimento corrido, com poucas subdivisões em alvenaria nos pavimentos superiores, neste sentido não houve grande alterações no seu interior que o descaracterizasse. O hall de acesso foi preservado em todos os pavimentos, com seu revestimento e esquadrias originais, a partir do hall os pavimentos se distribuem com planta livre, neste espaço então foi desenvolvido o programa para o Centro Administrativo do TJERJ(II.7).

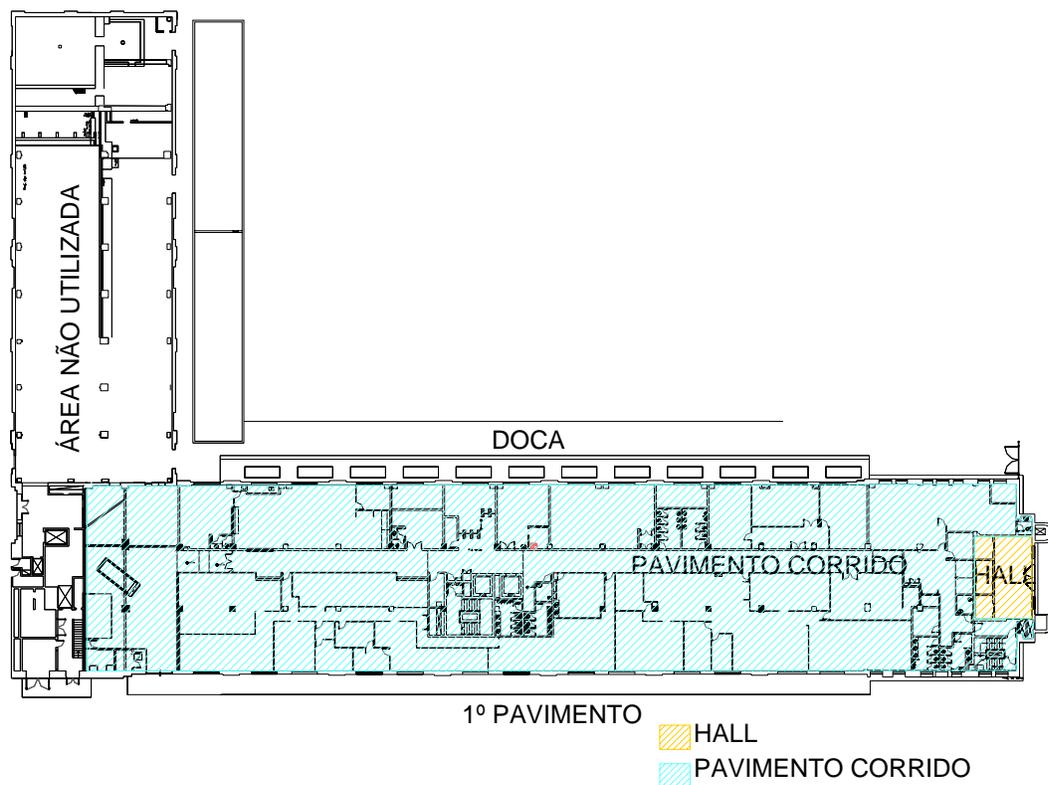


Ilustração 7 – Planta- Baixa 1º Pavimento

Tal concepção vem de encontro a corrente apontada por Françoise Choay sobre a integração do edifício na vida contemporânea em que a destinação dos edifícios demoninados de patrimônio industrial, ou seja prédios pós Revolução Industrial, se adequão a novos usos, pois “ em geral de construção sólida, sóbria e de manutenção fácil, são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos, públicos e privados.”²

Neste sentido o antigo prédio da Conab, é um exemplo claro deste segmento, as linhas pré-modernas da edificação, o uso do concreto armado, o emprego de revestimentos atuais, facilitaram a sua reutilização, assim como a própria disposição da planta possibilitou uma boa intervenção.

Hoje o prédio atende as necessidades do serviço administrativo do judiciário e as normas específicas para edifícios públicos. A transferência do administrativo do TJERJ para o antigo prédio da Conab, também contribui para a integração de um ponto da Praça XV, que era subutilizado. Esta reutilização esta provocando uma nova relação com este espaço urbano, chamado aqui de espaço, pois como pontua Argan³, o espaço é projetável, como de fato o foi; a Praça XV tem sido alvo de intervenções desde o período colonial, como já foi relatado anteriormente.

Sendo assim o judiciário carioca está atuando no espaço urbano na medida em que distribui os seus serviços por prédios próximos ao Forum Central, numa expectativa a princípio de atender as suas necessidades, mas que determina, mesmo que sem intenção, uma nova relação com o espaço urbano, na medida em que o uso efetivo de uma edificação recuperada que abriga um número considerável de pessoas durante o dia, podendo ter seu expediente estendido até horas avançadas da noite, promove um outro uso daquele entorno. Cabe lembrar que anteriormente as proximidades do prédio do Centro Administrativo do TJ, era um ponto da praça em que as pessoas evitavam transitar depois de determinada hora, pois um prédio abandonado não inspira segurança, mesmo estando em dos eixos de ligação a Estação da Barcas Rio-Niterói. Atualmente já é possível caminhar com mais tranquilidade pelo seu entorno e é esta relação entre obra, espaço e homem que marcam as intervenções na cidade fazendo dela o lugar da existência humana como existência social, que determina os caminhos, os fluxos e os usos.

² CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo : Unesp, 2001, p. 219.

³ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1993, p. 216.

Sem dúvida a arquitetura tem papel fundamental nesta relação, pois ela interfere no seu entorno. No caso da Praça XV, a presença de prédios da justiça com seu fluxo de funcionários e prestadores de serviço, promove uma vivência e porque não dizer “vida” no espaço que sem dúvida se intensificará quando da conclusão das obras de restauração do Tacrim e da praça. A expectativa é que estas intervenções venham promover ações de outras instituições e do poder público numa atuação mais efetiva naquele espaço historicamente tão importante para a cidade do Rio de Janeiro.

A reutilização deste patrimônio não só garantem a continuidade dos valores culturais, uma vez que seus usos são efetivos e constantes, ao mesmo tempo em que estão perfeitamente integrados com as necessidades da vida contemporânea, garantido assim uma sobrevivência maior. Neste caso o uso das edificações com fins institucionais, lembrando que no caso do Tacrim, será uma revitalização, uma vez que este nunca deixou de ser usado pelo judiciário, sem dúvida promovem uma requalificação deste ponto da cidade que guarda um passado e é ele mesmo, o próprio documento deste passado.

Referência Bibliográfica

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

Architectura no Brasil, Rio de Janeiro, out/1921, nº 1.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo : Unesp, 2001

COLLINS, Peter. **Los ideales de la arquitectura moderna; su evolución (1750-1950)**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

COLQUHOUN, Alan. Thee kinds of historicism. In: NESBITT, Kate. **Theorizing a new agenda for architecture – an anthology of architectural theory 1965-1995**. New York: Princeton Architectural Press, 1996, 200-209.

FERREZ, Gilberto. A Praça 15 de Novembro antigo Largo do Carmo. Rio de Janeiro : Riotur, 1978.

FRAMPTON, Kenneth. Rappel à l'ordre, the case for tectonic. In: NESBITT, Kate. **Theorizing a new agenda for architecture – an anthology of architectural theory 1965-1995**. New York: Princeton Architectural Press, 1996, 516-528.

GORBERG, Samuel. Mercados do Rio de Janeiro: 1834-1962. Rio de Janeiro : S. Gorberg, 2003.

LOYER, François. **Le siècle de l'industrie**. Paris : Skira, 1983.

PEREIRA, Sonia Gomes. A cidade do Rio de Janeiro no século XIX: a herança colonial e o início da modernidade. **Cadernos do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, V.2,nº2, p.29-40, jan/jun, 1992.

_____. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Tese de Doutorado em comunicação e Cultura, Eco/ UFRJ, 1992.

_____. Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro: revisão historiográfica e estado da questão. **Revista Arte & Ensaios**. EBA/UFRJ. n. 8, 2001, p. 72-83

_____. A questão da ornamentação na arquitetura eclética. In: CUNHA, Almir Paredes(org.) **Arquivos da Escola de Belas Artes**. Rio de Janeiro : EBA/ UFRJ, 1999

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna arquitetura**. Campinas: Pontes: CPHA: IFCH, 1998.

RAMALHO, Maria Lúcia Pinheiro. **Da Beaux-Art ao bungalow: uma amostragem da arquitetura eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Dissertação de mestrado, FAU/USP, 1989.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras**. São Paulo : FBSO, 1997.

